

LINO, Jaisson Teixeira; BRIGHENTI, Clovis Antonio; WILK, Flávio Braune. *História indígena no sul do Brasil, século XX: Novos estudos nos campos de saberes decoloniais. Naviraí: Aranduká, 2022. 408p.*

Itamar Freitas*



A coletânea *História indígena no sul do Brasil, século XX* reúne 23 autores (inclusos os organizadores) para tratar, como o subtítulo indica, da produção de histórias indígenas a partir de pressupostos teóricos decoloniais. A matéria é dividida em três seções, respectivamente dedicadas às teorias decoloniais, às histórias dos direitos indígenas e às demonstrações de protagonismo indígena.

Os 23 textos que compõem o livro espelham bem a formação e a atuação dos autores não indígenas e dos três autores indígenas. A maioria deles é formada em História, com alguma presença de profissionais da Educação, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Etnologia e Arqueologia que focam suas pesquisas em agentes indígenas situados no interior e no entorno da região Sul do Brasil.

A primeira seção – “As morais da história: aprendendo com o passado” – é composta por quatro textos e iniciada com uma síntese sobre as ações dominantes do Estado em relação aos indígenas da região sul, desde a (1) regionalização da política indigenista (1989), passando pelo trabalho

* Historiador. Professor Doutor da Universidade Federal de Sergipe e Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. UFS/UNEB/IHGSE. itamarfreitasufs@gmail.com

do (2) SPILTIN (1910) e da instituição da (3) Funai (1967), até o final da tutela com a (4) Constituição de 1988. Para o autor (Brighenti), a transitoriedade dos indígenas aos indivíduos da sociedade nacional, a violência física e expropriação da terra marcam o indigenismo, sobretudo em relação aos Kaingang e aos Guarani. Os três capítulos restantes abordam a experiência indígena a partir dos conceitos e teses do domínio teórico da decolonialidade, em diferentes ênfases. L. Cruz e Souza e Y. Salomão de Campos examinam as Constituições dos estados do Sul para demonstrar que elas reproduzem “patrimônio” como “produto e produtor da colonialidade”. A exemplo do que fizeram as agências do Estado-nação (Arquivo Nacional, Instituto Histórico, museus etc.), elas excluem a cultura e a territorialização dos indígenas como patrimônio e, até, limitam-no a usos capitalistas, como o turismo. T. Vieira Cavalcante informa sobre o crescimento das histórias indígenas no Brasil, pós anos 1990, mas denuncia a secundarização ou a omissão das experiências indígena e negra. A alternativa aventada está na adoção de perspectivas críticas, como a (1) “crítica pós-colonial”, os (2) “estudos subalternos” e (3) o “pensamento decolonial”. Este último ganha ênfase no texto, sobretudo pela proposta de “pensar nossos problemas a partir de experiências e epistemes que rompam com os ditames eurocêntrico e [...] com qualquer perspectiva teórica ou política de cunho universalizante” (p.76). Por fim, S. Bringman denuncia que a escolarização indígena, durante a República, foi marcada pelo combate aos modos de saber e ser indígenas (introdução de moral e cívica, ginástica militar, práticas agrícola e pecuária etc.) visando sua integração e transformação em mão-de-obra camponesa.

O segundo segmento é composto por sete textos bem traduzidos pelo título da seção – “Direitos violados e conquistados” –, ou seja, analisam e descrevem situações de opressão e resistência nas quais os Guarani, Kaingang e Xokleng foram vítimas e, em alguns casos, protagonistas. Na vigência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os Kaingang sofreram com a exploração ilegal das terras, dos recursos minerais e vegetais, do uso indevido das suas rendas e do enriquecimento ilícito de muitos dos seus funcionários (Uba). Ao menos até 1988, e diferentemente do indigenismo estatal aplicado



no extremo da região Norte, a ação integrista e assimilacionista foi estruturada na adoção de lavouras, arrendamento de terras indígenas, currais e extrativismo (Almeida). Os Xokleng-Laklãno, por exemplo, perderam terras, plantações, campos de pesca e coleta após a construção da Barragem Norte/C, que desrespeitou os limites do seu território (Ana Patté). Os Kaingang, Guarani e os Xokleng perderam mais de 60% de suas terras durante a gestão do SPI, que as vendia, arrendava ou autorizava a exploração da madeira, expulsava e exterminava indígenas a serviço do capital (Bringhenti). Os exemplos de resistência e protagonismo estão em três textos que exploram, principalmente, a experiência dos Guaranis. Eles sempre lutaram contra o extermínio e à assimilação via migração, criação de lideranças, confederações e associações (locais/nacionais) (Wrá Tupã).

A terceira e última seção também possui título fiel ao conteúdo dos seus dez textos – “Protagonismo indígena no Sul do Brasil, resistências e resiliências”. O protagonismo é demonstrado, principalmente, nas várias formas de resistência dos Guaranis, no Oeste do Paraná – a conservação da memória de eventos marcantes da sua experiência, a reivindicação oficial da terra, reagrupamento, reivindicação da identidade através da retomada da língua e religião (etnogênese) (Oliveira; Brghenti). O protagonismo é identificado no estabelecimento de redes de relações com sertanejos pouco antes da Guerra do Contestado, além de retaliação por parte de indígenas à invasão das suas terras, resultando em mortes de fazendeiros (Muchalowsky; Wiik). Ele também está nos deslocamentos dos Kaingangs entre comunidades, manutenção de práticas de pesca, danças e rituais, do uso da burocracia para exigir cumprimento de direitos e alianças com “intrusos rebeldes” contra empregados do Posto (p.258) (Novak; Novak). O protagonismo também se explicita na luta dos Kaingang de Iraí (RS) pela posse das suas terras, ameaçadas com a construção de um aeroporto e, ironicamente, de um Parque Florestal, depois de bons anos de relacionamento com não indígenas do setor hoteleiro da localidade (Araújo; Lino). Ele se expressa, principalmente, nas ações planejadas que resultaram na retomada das terras de Rio das Cobras (PR), diante de três mil



posseiros, exemplificando uma “resposta às tentativas históricas de imposição colonial” (Gurski). Os demais textos exploram o protagonismo entre mulheres indígenas, representadas por Fen’Nó, principal liderança Kaingang a atuar na reivindicação da Terra Toldo Chimbanguê em Chapecó/SC (Bazzi), nos usos de cultura material ancestral – o culto aos mortos ou ritual do Kiki (Lino; Queiroz) e na ressignificação de rituais católicos do monge João Maria (Buba), empregados como instrumento de afirmação étnica frente aos não indígenas. Por fim, nessa mesma seção, textos exploram os jornais como fontes construtoras de imagens pró e contra indígenas, no curso da luta pela terra no Oeste de Santa Catarina (Rocha), e as alternativas para um currículo prescrito e praticado em escolas indígenas: participação da comunidade indígena em sua construção e o esforço do professor em relacionar epistemologia ocidental e conhecimento indígena, enfrentando contradições provocadas por conteúdo de filosofia e sociologia, por exemplo, calcados em epistemologias ocidentais (Narsizo; Battstin).

Como veem, é na primeira seção que estão as mais significativas iniciativas de inovação relativas ao campo dos “saberes decoloniais”, como destaca o subtítulo da coletânea. Há textos que se alinham às ideias básicas de denúncia da presença da colonialidade, onde autores como A. Quijano e W. Mignolo são fartamente utilizados, assim como também o são os pensadores indígenas da estatura de G. Baniwa, D. Copenawa e D. Munduruki. Há também boas sínteses sobre estudos decoloniais (Souza e Campos; Cavalcante). A primeira seção, contudo, é também a que mais deixa o leitor à espera de subsídios pragmáticos. Vejamos. Se não é possível solução nacional para um problema global, qual seria a função de um artigo sobre povos indígenas da região sul do Brasil? Se a democracia brasileira é instrumento de reprodução de desigualdades, a alternativa emancipatória emergiria em qual espécie de [regime]? Qual a solução “emancipatória” possível, fora das regras do Estado nacional - estruturado em práticas democráticas que fundamentaram as Constituições nacional e estaduais?

Nessa primeira seção, em geral, a abordagem decolonial é empregada para reclassificar a opressão ao saber e ao ser indígena. As-

sim, a educação escolar indígena foi instrumento da sobrevivência do colonialismo em forma de colonização do saber. Sobre a escrita da história da experiência indígena, especificamente, sobrevivem as questões não respondidas por orientações teóricas antieurocêtricas pretéritas, inclusive as criticadas opções marxistas: incluir a história indígena “nas reflexões sobre a história do Brasil” e/ou reescrever “diversas páginas da história do Brasil”, significa romper “com qualquer perspectiva teórica ou política de cunho universalizante”? Qual o seu lugar, por exemplo, entre as três perspectivas listadas por T. Cavalcante: ele quer usar os europeus críticos da modernidade (crítica pós-colonial), usar os não europeus que trabalham no Norte e criticam os modos europeus de abordar o Sul, conciliando ideais de modernidade (estudos subalternos), ou usar os não europeus críticos da modernidade/colonialidade (pensamento decolonial)?

Nas demais seções, apenas dois trabalhos tangenciam orientações das teorias da decolonialidade, mas um deles (o único no livro) aplica a estratégia de descolonizar o poder à experiência indígena de protagonismo - o que é aspecto virtuoso. Outro ganho do livro para a área é a inclusão de indígenas como autores-historiadores, efetivando a máxima de escrever história com indígenas (e não, apenas, para/sobre indígenas). O livro também é atravessado pelo emprego de periodizações sobre indigenismo em longa duração e indigenismo no interior da República.

Por outro lado (e isso vale principalmente para a segunda e terceiras seções), vários textos pecam pelo excesso de citações diretas (Novak; Novak), justificativa de uso de determinado método (Buba) e pelo vício da construção de extensos contextos. Há texto que reserva apenas 1/4 do espaço ao objeto de escrita. Também há proposições contestáveis, como a ideia de que o material didático eurocêntrico e colonialista “impossibilita um diálogo sociológico com os estudantes da escola indígena”, contradizendo a iniciativa dos próprios autores (Narsizo; Battstin) que listaram alternativas ao ensino decolonial em escolas indígenas. Há também um caso de problematização sem resposta: afinal, o protagonismo feminino na defesa pela terra tem relação com as mudanças nos papéis de gênero advindas da interação de indígenas com não indígenas?



Vemos que a coletânea é um instrumento de ampliação do conhecimento e de orientação para a crítica às práticas historiadoras e à produção de políticas públicas. Ambos, gestores estatais e profissionais da história são beneficiados com periodizações e taxonomia, uso de ideias de identidade e sugestões de melhoria na educação escolar indígena. Isso eleva o valor da obra, sobretudo porque tenta regionalizar estudos, fornecendo maior densidade a teses já consagradas na história da historiografia indígena – permanência das ideias e práticas de transitoriedade das identidades indígenas, as práticas de genocídio, esbulho da terra e etnocídio. As ambiguidades do uso e a timidez da crítica aos conceitos e proposições dos estudiosos da colonialidade, contudo, representam a fraqueza da obra. Os indícios dessas insuficiências já estavam na apresentação do livro, quando os organizadores disparam críticas pouco refletidas a um “historicismo arcaico” e afirmam que a nova história indígena é “tributária da francesa *Escola dos Annales*”, da “História Vista de Baixo”, sem demonstrar, todavia, as distâncias epistemológicas dessas “corrente” e “escola” em relação ao “historicismo do século XIX”. É certo que epistemologias históricas são, em grande medida, ontologias e axiologias históricas, mas é incorreto limitar a novidade da recente escrita da história sobre a experiência indígena a um pressuposto predominantemente ideológico, expresso como antieuropeísmo ou antiocidentalismo.

Palavras-chave: História Indígena; Região Sul do Brasil; Decolonialidades.

